



POR UMA HISTÓRIA DOS TEMPOS DA IMPRENSA

Toward a History of the Times of the Press

Por una historia de los tiempos de la prensa

Rodrigo Gabrioti¹

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6745-3600>

E-mail: rgabrioti@hotmail.com



BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: o tempo presente Brasil (1980-2010)**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2024. 222 p.

¹ Centro Universitário Anhembi Morumbi – Câmpus Athon, Sorocaba, SP, Brasil.



Embora “história” apareça no título da obra como referência central, o termo constitui, simultaneamente, uma condição simbólica e implícita dos contextos representados, que produzem interpretações sobre o tempo como demarcação histórica e consciência política. Mais do que sugerir uma cronologia de fatos, essa demarcação representa a compreensão de momentos retóricos pela vivacidade dos sujeitos e de suas ações.

Nesse sentido, Marialva Barbosa organiza suas memórias e vivências em três partes, como forma de explicar a fruição do tempo presente na obra *História cultural da imprensa*. A publicação encerra uma trilogia investigativa e elucidativa sobre as relações entre imprensa e história. Sem pretender estabelecer uma linha cronológica, a proposta consiste em compreender a contextualização de cada época, considerando as condições e representações da imprensa no contexto social.

A época retratada no livro se estende de 1980 a 2010 e reúne práticas analógicas e digitais. Na parte I, a autora se concentra no mercado editorial de jornais e revistas, que, em determinado momento, também ficaram expostos a mudanças rápidas e intensas de ordem tecnológica, as quais afetam comportamentos, modos de trabalho e relações sociais entre indivíduos e meios.

A capacidade intelectual e o rigor científico de Marialva Barbosa permitiram-lhe criar, ao final dos três primeiros capítulos, as “Iluminuras”. O conceito funciona como fechamento analítico e intuitivo de cada aspecto discutido e rompe com o paradigma das considerações finais.

Os seis capítulos, distribuídos em 222 páginas, apoiam-se em uma fundamentação teórica permeada por memória, tempo e contexto, com o propósito de responder à pergunta norteadora sobre essa compreensão histórica: de que história estamos falando?

Se, na parte I, coube observar os movimentos do impresso, na parte subsequente a proposta foi destacar os movimentos da contracomunicação e a inserção da mídia digital na comunicação. Embora a autora apresente vários modelos de imprensa, suas relações com as tecnologias e o impacto gerado sobre seus profissionais, é precisamente no capítulo 6 que ela centraliza as questões epistêmicas. Barbosa pressupõe que a história da imprensa não é meramente a história das práticas e dos processos comunicacionais, mas a história dos atores envolvidos nessa trama. Tal proposição nasce da revisitação realizada ao longo do período delimitado, que permite observar variáveis como o apagamento da história das mídias nos grupos de pesquisa das associações científicas e no inventário de trabalhos apresentados em congressos, além da presença de estudos monográficos sem reflexões sobre fenômenos mais gerais da comunicação.

Marialva Barbosa analisa exaustivamente a apropriação das novas tecnologias em relação aos processos jornalísticos, à profissão e à percepção



dos jornalistas sobre seu trabalho. A análise parte dos computadores que informatizaram as redações e substituíram as máquinas de escrever, especialmente no eixo Rio-São Paulo. Desde a década de 1960, essas duas capitais detinham a maior concentração da imprensa brasileira e já configuravam um centro cultural amplo e diversificado.

Do ponto de vista cronológico, o Brasil havia superado a ditadura e ingressava no projeto econômico liberal. O jornalismo já havia sido regulamentado como profissão, e as faculdades de Comunicação se ampliavam ao longo da década de 1970. Os grupos regionais de mídia ganharam espaço, apesar de seu surgimento estar ligado a lideranças políticas, que exerciam ainda mais poder local por meio da concentração midiática de jornais, rádios e TVs. O jornalismo avançava como prática, mas mantinha o padrão norte-americano de suas origens.

Ainda não se falava em redes sociais, e o jornalismo da década de 1990 apostava nas sensações das pessoas como forma de ressignificar o lugar do público e estabelecer o discurso midiático por meio das emoções. Concomitantemente, como mostra o capítulo 3, as revistas vivenciavam seu auge como publicações especializadas, com design aplicado, técnicas de impressão, assunto e público-alvo, como era o caso das revistas femininas.

A autora apresenta a revista *Veja* como a primeira publicação informativa e como porta-voz dos valores excludentes e de dominação do neoliberalismo. Essas estratégias de mercado visavam à liderança a partir da descoberta de leitores reais que pudessem representar o lucro desse negócio. O conteúdo das revistas imprimiu, literalmente, múltiplos contextos do mundo exterior, uma das instâncias de análise da obra.

Na esteira desses valores está a incompletude tecnológica do final do século XX, que impactou decisivamente os mundos e os modos de comunicação. Como descreve Marialva Barbosa, o digital democratiza a comunicação por possibilitar a multiplicação de produtos com menos investimentos e oferecer a todos a condição de produtores de conteúdo. Entretanto, a mesma tecnologia que seduz também exclui.

As respostas a essa questão constam na parte II da obra, com exemplos da imprensa alternativa, dos jornais sindicais e partidários e do movimento feminista, considerados de esquerda e subversivos. Nesse período, destaca-se o jornal *O Pasquim*. Todas as publicações desse gênero de resistência eram recolhidas pelos órgãos de repressão, que tentavam calar as vozes de mulheres, trabalhadores, negros e homossexuais.

A imprensa negra, por exemplo, resistiu com autonomia, liberdade e independência, como formação discursiva na tessitura da revolta, e foi relevante nesse contexto por se contrapor aos grupos de mídia que se alinharam estrategicamente à ditadura para alcançar crescimento empresarial e desenvolver novos negócios.



São particularidades como essas que permitem a Marialva Barbosa afirmar que a história da imprensa se estabelece por meio dos nexos de um contexto comunicacional, dando voz aos múltiplos trânsitos culturais e às suas formas de produção e circulação em ambientes midiáticos que se transformam continuamente. Também é preciso considerar que os artefatos tecnológicos, destacados no capítulo 6 sob o viés do digital, são incorporados aos modos de produção em cada tempo histórico.

A importância de estudar a imprensa do tempo presente reside na possibilidade de realizar exames mais detalhados e ampliar as discussões sobre as novas relações dos fenômenos comunicacionais com a sociedade. Um exemplo é o percurso da autora ao revisitar pesquisas dos recém-criados programas de pós-graduação em Comunicação nos estados do Pará e do Amazonas.

O resultado aponta pesquisas sobre ligações políticas e sobre a concentração midiática de grupos atuantes em vários meios. Não obstante, constata-se uma estigmatização que expõe o longo processo histórico da formação territorial brasileira, marcada pela dominação, o que caracteriza certa colonialidade interna na construção da história da imprensa nacional.

Como as inovações permanecem concentradas em São Paulo e no Rio de Janeiro, Marialva Barbosa indica a necessidade de conectar territórios. Na busca por um olhar histórico-comunicacional que considere as singularidades e peculiaridades desses territórios histórico-culturais, Marialva lança uma provocação: ainda há lugar para sínteses históricas no século XXI, dominado por territórios culturais tão diversos e governados por processos tão particulares?

O caminho para responder a essa questão parece estar na ampliação da análise das práticas em todo o Brasil, com a identificação das problemáticas atuais e o mapeamento de interpretações, como forma de preencher as lacunas entre tempo e imprensa. As práticas comunicativas e os programas de pós-graduação parecem constituir o ponto de partida.